



**Willian Douglas Guilherme
(Organizador)**

**Avaliação, Políticas e Expansão
da Educação Brasileira**

Atena
Editora
Ano 2019

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

Avaliação, Políticas e Expansão da
Educação Brasileira

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
A945	<p>Avaliação, políticas e expansão da educação brasileira [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira; v. 1)</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-476-4 DOI 10.22533/at.ed.764191007</p> <p>1. Educação – Brasil. 2. Educação e Estado. 3. Política educacional. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série.</p> <p style="text-align: right;">CDD 379.981</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O livro “Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira” contou com a contribuição de mais de 270 artigos, divididos em 10 volumes. O objetivo em organizar este livro foi o de contribuir para o campo educacional e das pesquisas voltadas aos desafios atuais da educação, sobretudo, avaliação, políticas e expansão da educação brasileira.

A temática principal foi subdividida e ficou assim organizada:

Formação inicial e continuada de professores - **Volume 1**

Interdisciplinaridade e educação - **Volume 2**

Educação inclusiva - **Volume 3**

Avaliação e avaliações - **Volume 4**

Tecnologias e educação - **Volume 5**

Educação Infantil; Educação de Jovens e Adultos; Gênero e educação - **Volume 6**

Teatro, Literatura e Letramento; Sexo e educação - **Volume 7**

História e História da Educação; Violência no ambiente escolar - **Volume 8**

Interdisciplinaridade e educação 2; Saúde e educação - **Volume 9**

Gestão escolar; Ensino Integral; Ações afirmativas - **Volume 10**

Deste modo, cada volume contemplou uma área do campo educacional e reuniu um conjunto de dados e informações que propõe contribuir com a prática educacional em todos os níveis do ensino.

Entregamos ao leitor a coleção “Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira”, divulgando o conhecimento científico e cooperando com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Boa leitura!

Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A EDUCAÇÃO SUPERIOR E A FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS REFLEXIVOS	
Diego Bechi	
DOI 10.22533/at.ed.7641910071	
CAPÍTULO 2	17
A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DE INGLÊS PARA FINS ESPECÍFICOS E SUA RELAÇÃO COM A QUALIDADE SOCIAL DO ENSINO	
Liamara Baruffi	
DOI 10.22533/at.ed.7641910072	
CAPÍTULO 3	27
A MATERIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA REPRESENTAÇÃO DE PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Luiz Carlos Lückmann	
DOI 10.22533/at.ed.7641910073	
CAPÍTULO 4	39
CONTRIBUIÇÕES DA CULTURA DIGITAL NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DOS LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA EDUCATIVA EM SANTARÉM-PARÁ	
Adriane Panduro Gama	
Tânia Suely Azevedo Brasileiro	
DOI 10.22533/at.ed.7641910074	
CAPÍTULO 5	56
DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES A DISTÂNCIA	
Patrícia Aparecida da Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.7641910075	
CAPÍTULO 6	64
DESIGN EDUCACIONAL NA ELABORAÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS PARA CURSOS ONLINE: UMA PROPOSTA DE FORMAÇÃO DOCENTE	
Edilene Cândido da Silva	
Juliana Teixeira da Câmara Reis	
Raiane dos Santos Martins	
DOI 10.22533/at.ed.7641910076	
CAPÍTULO 7	72
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E A FORMAÇÃO DOCENTE: ANALISANDO O PROJETO VISITANDO A BIOLOGIA DA UEPG	
Fernanda Mendes Ferreira	
Fernanda Verônica Fleck Pereira	
José Fabiano Costa Justus	
DOI 10.22533/at.ed.7641910077	

CAPÍTULO 8	83
FORMAÇÃO DE GESTORES DAS ESCOLAS PÚBLICAS: UMA ANÁLISE NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	
Eridan Rodrigues Maia Aída Maria da Silva Marcia Betania de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.7641910078	
CAPÍTULO 9	99
FORMAÇÃO DOCENTE PARA O DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO EDUCATIVO: COMPREENSÕES DOS PROFESSORES DE LIBRAS	
Graciele Alice Carvalho Adriano Ana Clarisse Alencar Barbosa Mônica Maria Baruffi Patrícia Cesário Pereira Official	
DOI 10.22533/at.ed.7641910079	
CAPÍTULO 10	110
FORMAÇÃO EM CONTEXTO COMO ESTRATÉGIA DE MELHORIA DA OFERTA EDUCATIVA EM EDUCAÇÃO INFANTIL	
Rosemeri Henn Marlene da Rocha Migueis	
DOI 10.22533/at.ed.76419100710	
CAPÍTULO 11	122
FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES/AS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: CORPO, CULTURA DE MOVIMENTO E JOGOS INDÍGENAS	
Camila Ursulla Batista Carlos Glycia Melo de Oliveira Moaldecir Freire Domingos Junior	
DOI 10.22533/at.ed.76419100711	
CAPÍTULO 12	132
LETRAMENTO PARA O TRÂNSITO: EVENTOS E PRÁTICAS NA FORMAÇÃO DE CONDUTORES DE VEÍCULOS	
Klébia Ribeiro da Costa Ana Maria de Oliveira Paz	
DOI 10.22533/at.ed.76419100712	
CAPÍTULO 13	144
NAS RUAS E NAS DELEGACIAS O MUNDO É OUTRO: REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO EXPERIENCIAL DO POLICIAL CIVIL	
Elton Basílio de Souza José Geraldo Pedrosa	
DOI 10.22533/at.ed.76419100713	

CAPÍTULO 14	156
O IMPACTO DO PIBID NA EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOS ALUNOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFPB	
Bruna Tavares Pimentel Heytor de Queiroz Marques Raphaella Ferreira Mendes Weverson Bezerra Silva	
DOI 10.22533/at.ed.76419100714	
CAPÍTULO 15	166
O PAPEL DO TRABALHO EM GRUPO NA FORMAÇÃO DA AUTONOMIA DO PENSAMENTO: UMA ABORDAGEM PIAGETIANA	
Rosenei Cella Rosana Cristina Kohls Ivana Aparecida Weissbach Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.76419100715	
CAPÍTULO 16	172
POLÍTICAS PÚBLICAS E A LEGISLAÇÃO: RECORTE VOLTADO PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA E A FORMAÇÃO DOCENTE	
Luciane Helena Mendes de Miranda	
DOI 10.22533/at.ed.76419100716	
CAPÍTULO 17	184
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: REFLEXOS DA FORMAÇÃO CONTINUADA NO FAZER PEDAGÓGICO DE PROFESSORES ALFABETIZADORES	
Giovanna Rodrigues Cabral	
DOI 10.22533/at.ed.76419100717	
CAPÍTULO 18	195
REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO MATEMÁTICA DO PROFESSOR DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Mateus De Souza Coelho Filho Evandro Luiz Ghedin	
DOI 10.22533/at.ed.76419100718	
CAPÍTULO 19	211
TRABALHO E EDUCAÇÃO NA FORMAÇÃO DOCENTE	
Jacir Mario Tedesco Filho Matilde Dias Martins Pupo Sandra Terezinha Urbanetz Simone Urnauer	
DOI 10.22533/at.ed.76419100719	
CAPÍTULO 20	216
CEALE: SIGNIFICADOS APRESENTADOS POR DOCENTES ALFABETIZADORES	
Bernarda Elane Madureira Lopes Cristiana Fonseca de Castro Elisa Carneiro Santos de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.76419100720	

CAPÍTULO 21	229
DESAFIOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: REFLEXÕES SOBRE A PRODUÇÃO DE TEXTOS	
Andréa Cristina Maggi	
Ivo de Jesus Ramos	
DOI 10.22533/at.ed.76419100721	
CAPÍTULO 22	243
IDENTIDADES PROFISSIONAIS DE UM GRUPO DE PROFESSORES EM UMA ESCOLA PÚBLICA E O CONCEITO DE FUNÇÃO DOCENTE FORMATIVA: NARRATIVA DE MEMÓRIA	
Fernando Lucas Oliveira Figueiredo	
Santuza Amorim da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.76419100722	
CAPÍTULO 23	258
VISÃO DO PROFESSOR PESQUISADOR E FORMADOR ANTE A PROPOSTA DO CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DOCÊNCIA NA ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL	
Marta Rosa Borin	
Neida Maria Camponogara de Freitas	
Heliana de Moraes Alves	
DOI 10.22533/at.ed.76419100723	
CAPÍTULO 24	269
CUIDAR E EDUCAR:UM ESTUDO SOBRE A CAPACITAÇÃO DE CUIDADORES EM INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO	
Bianca Cristina dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.76419100724	
CAPÍTULO 25	278
ME FORMANDO PROFESSORA: MAGISTÉRIO, PEDAGOGIA E O PIBID	
Pamela Fonseca Costa	
DOI 10.22533/at.ed.76419100725	
CAPÍTULO 26	284
REFLEXÕES SOBRE FORMAÇÕES CONTINUADAS PARA PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Malcus Cassiano Kuhn	
Michele Roos Marchesan	
Naiara Dal Molin	
Helena Miranda da Silva Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.76419100726	
CAPÍTULO 27	295
O ENSINO DA MATEMÁTICA NO PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA: UMA ANÁLISE DO CADERNO DE APRESENTAÇÃO	
Suellen Cristina Marciano	
Daniela Paula da Silva Mariano	
Roberta Negrão de Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.76419100727	
SOBRE O ORGANIZADOR	307

LETRAMENTO PARA O TRÂNSITO: EVENTOS E PRÁTICAS NA FORMAÇÃO DE CONDUTORES DE VEÍCULOS

Klébia Ribeiro da Costa

UFRN, PPgEL

Natal - RN

Ana Maria de Oliveira Paz

UFRN, PPgEL

Natal - RN

RESUMO: Desde os tempos mais remotos a linguagem permeia as relações sociais, orientando condutas e comportamentos nos mais diversos domínios da atuação humana. Com base nessa premissa, o presente trabalho ocupa-se em descrever e analisar as práticas de letramento realizadas no percurso de formação de condutores de veículos, que se estabelece como pré-requisitos para a habilitação de condutores. Em termos teóricos, ancora-se nos estudos de letramento, entendidos como práticas sociais que se inserem nos mais diversos domínios (BARTON; HAMILTON, 1998; KLEIMAN, 1995, 2008; MORTATTI, 2004; STREET, 1984; OLIVEIRA, 2008, 2010; ROJO, 2009; PAZ, 2008. Metodologicamente, segue o viés da abordagem qualitativa de pesquisa, em virtude da sua natureza etnográfica (BOGDAN; BIKLEN, 1994; MINAYO, 2010; CANÇADO, 1994; CHIZZOTTI, 2005). Em face das análises feitas, é possível reconhecer a importância da formação dos futuros condutores veículos para situar os condutores/aprendentes acerca das

suas responsabilidades quanto à organização do espaço público e da segurança de si de outros.

PALAVRAS-CHAVE: Letramento. Trânsito. Formação de Condutores.

ABSTRACT: The language permeates social relations, guiding conducts and behaviors in the most diverse domains. On the basis of these premises, the present work deals with describing and analyzing the literacy practices carried out in the course of training of vehicle drivers, which is established as prerequisites for driver qualification. In theoretical terms, it is anchored in the literacy studies, understood as social practices that are inserted in the most diverse domains (BARTON; HAMILTON, 1998; KLEIMAN, 1995, 2008; MORTATTI, 2004; STREET, 1984; OLIVEIRA, 2008, 2010; ROJO, 2009; Peace, 2008. Methodologically, follows the bias Of the qualitative approach to research, due to its ethnographic nature (BOGDAN; BIKLEN, 1994; MINAYO, 2010; Tired, 1994; CHIZZOTTI, 2005). In the face of the analyses made, it is possible to recognize the importance of the training of future vehicle drivers to situate drivers/learners about their responsibilities regarding the organization of the public space and the security of others.

KEYWORDS: Literacy. Traffic. Driver Training.

1 | INTRODUÇÃO

Neste artigo, fazemos uma reflexão acerca dos eventos e práticas de letramento realizadas no decurso da formação de condutores de veículos. Em nosso trabalho de pesquisa, buscamos analisar em que medida as intervenções propostas pelas práticas de leitura oferecidas pelos cursos de formação provocam uma sensibilização dos futuros condutores enquanto corresponsáveis pela organização e segurança no âmbito da mobilidade urbana.

A sociedade vem sofrendo intensas transformações sociais, políticas, econômicas. Nessa dinâmica, a escrita passou a ocupar um espaço tão significativo que passou a ser chamada de sociedade grafocêntrica.

Para atestarmos a importância desse artefato cultural não se fazem necessários estudos mais aprofundados, basta-nos observar as demandas cotidianas de escrita e leitura de um cidadão comum. Diversas razões têm sido elencadas para o seu aprendizado uma vez que domínio da escrita se constitui como importante via de acesso a uma elite privilegiada e/ou como contribuição direta para o desenvolvimento da racionalidade e da consciência (OLSON, 1997).

Considerando a relevância da prática social da leitura e da escrita na sociedade e vislumbrando as práticas de letramento como mecanismo para a formação de condutores conscientes e responsáveis quanto à segurança e organização no domínio do trânsito, propomo-nos a discutir essa temática, tomando como fontes de pesquisa o Código de Trânsito Brasileiro e algumas cartilhas oferecidas nos cursos de formação.

Partindo do princípio que a linguagem permeia todas as atividades sociais, inclusive a organização do trânsito, as questões que orientam esse trabalho são: quais os textos trabalhados na formação de condutores e que orientação eles fornecem para esses futuros condutores acerca da sua responsabilidade para a organização desse segmento social?

Em termos teóricos, a pesquisa encontra-se assentada basilarmente nos estudos de letramento (BARTON, 1993; BARTON; HAMILTON, 1998; BAYNHAM, 1995; KLEIMAN, 1995; KLEIMAN; SILVA, 2008; MORTATTI, 2004; STREET, 1984; OLIVEIRA, 2008, 2010; ROJO, 2009; PAZ, 2008), entendidos como práticas sociais, bem como em documentos legais que orientam a formação de condutores.

Metodologicamente, segue a abordagem de pesquisa qualitativa (BODGAN; BIKLEN, 1994), mais especificamente de vertente etnográfico (ANDRÉ, 1995; CANÇADO, 1994).

Esperamos que o presente trabalho possa contribuir para discussões sobre o papel da leitura e da escrita na formação de condutores de veículos e, conseqüentemente na organização da mobilidade urbana.

2 | EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO: A FORMAÇÃO DE CONDUTORES

Dentre os domínios sociais nos quais o ser humano atua, o trânsito, bem como o seu funcionamento, tem implicações diretas na qualidade de vida da população, uma vez que atinge a todos que usam as vias públicas. Dentre os prejuízos causados pelas ocorrências de trânsito, destacamos aqui o elevado número de jovens que morrem prematuramente, deixando, dessa forma, de ingressar no mercado de trabalho; a desestruturação das famílias diante da perda precipitada de um de seus membros; o alto índice de mutilados graves que saem do mercado de trabalho por serem considerados inválidos; e, ainda, o ônus que é subtraído anualmente do erário público para fins de tratamento médico-hospitalar das vítimas e/ou pagamento de indenizações, pensões e aposentadorias precoces.

Corroborando essa assertiva, apresentamos dados publicados pelo Seguro contra Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre¹ (DPVAT), que apontam uma média de aproximadamente cinquenta mil pessoas mortas e quatrocentas mil feridas em consequência de acidentes de trânsito no país, no ano de 2010, subtraindo um ônus de aproximadamente R\$ 5,3 bilhões dos cofres públicos.

Em relação aos atendimentos médico-hospitalares subsidiados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) no mesmo ano, a despesa girou em torno de cento e oitenta e sete milhões de reais, conforme informações do Ministério da Saúde, publicadas por meio do seu *site*.

Acerca dessa discussão, o engenheiro de tráfego e professor Mauri Adriano Panitz (2005, p. 81), em artigo publicado na *Revista Mundo Jovem*, refere-se aos acidentes de trânsito como “uma das epidemias que mais flagelam a humanidade” na contemporaneidade.

A constatação do pesquisador tem como referência dados da Organização Mundial de Saúde, que consideram as ocorrências de trânsito como uma “epidemia social”, uma vez que matam mais que os males do câncer e do coração, atingindo principalmente a população jovem, com idades variando entre 17 e 24 anos de idade.

Acreditamos que essa realidade está diretamente relacionada à forma por meio da qual esses condutores foram orientados para atuar nesse domínio bem como à maneira como agem frente às situações nas quais a prudência e a responsabilidade são elementos fundamentais para uma convivência pacífica.

As lacunas causadas pela fragilidade na formação para o trânsito por meio de práticas de letramento, tanto no âmbito da formação escolar quanto na formação de condutores, têm contribuído, a nosso ver, para a ocorrência de muitos acidentes.

Em virtude disso, faz-se necessária ao condutor uma formação leitora que

1. O DPVAT é o seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, com a finalidade de amparar as vítimas de acidentes de trânsito em todo o território nacional brasileiro, não importando quem seja o responsável pela ocorrência. É chamado, também, de seguro obrigatório, que deve ser pago por proprietários de veículos, juntamente com o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).

privilegie as orientações de condução segura, defensiva, responsável e humanizada, regida pelo princípio da corresponsabilidade pela sua segurança e pela do outro (COSTA, 2011).

Existe no Brasil um aparato legal que orienta a agência dos usuários das vias públicas. O Código de Trânsito Brasileiro (CTB) é um documento que tem como base a Constituição Brasileira, respeitando a Convenção de Viena² e o Acordo do Mercosul³. Ele define as atribuições das autoridades e órgãos ligados ao trânsito, fornece diretrizes para a Engenharia de Tráfego, estabelece normas de conduta e define infrações e penalidades para os usuários do trânsito.

O Código, em seu capítulo I, §1º, define: “Considera-se trânsito a utilização das vias por pessoas, veículos e animais, isolados ou em grupos, conduzidos ou não, para fins de circulação, parada, estacionamento e operação de carga e descarga” (CTB, 2008, p. 19).

Conforme preconiza a lei, trânsito é toda e qualquer utilização das vias públicas, seja por pessoas, seja por veículos, seja por animais.

De acordo com esse instrumento legal, fica estabelecido que é dever do cidadão “transitar sem oferecer perigo ou obstáculo para os demais elementos do trânsito” (CTB, 2008, art. 26, p. 24).

Assim, cabe a todos que utilizam as vias públicas – pedestres, ciclistas, motociclistas, condutores de veículos leves ou pesados – ponderar acerca da sua atuação para garantir a organização e a segurança nesse segmento.

A educação para o trânsito está regulamentada no cap. VI, art. 74, do Código de Trânsito Brasileiro, e se constitui como direito de todos e “dever prioritário para os componentes do Sistema Nacional de Trânsito”.

No §1º desse mesmo artigo, fica instituída a obrigatoriedade da existência de coordenação educacional nos órgãos do Sistema Nacional de Trânsito.

No ano de 2004, foi criada a Política Nacional de Trânsito (PNT), sob a coordenação do Ministério das Cidades e do Departamento Nacional de Trânsito, com o objetivo de “eleger a preservação da vida, da saúde e do meio ambiente e da educação contínua para o trânsito” (CTB, 2008, p. 315).

Em sua apresentação, o Código de Trânsito Brasileiro aponta como objetivos prioritários das políticas públicas a serem alcançados até 2014:

- Aumentar a segurança no trânsito;
- Promover a educação para o trânsito;
- Garantir a mobilidade e acessibilidade com segurança e qualidade ambiental a toda a população;
- Promover o exercício da cidadania, a participação e a comunicação com a

2. A Convenção de Viena, realizada em 1968, padronizou a sinalização e as normas de trânsito internacionais que foram adotadas por diversos países, inclusive o Brasil.

3. Realizado em 1992, o Acordo Mercosul estabeleceu normas para uniformizar o trânsito entre os países integrantes do Mercosul – Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela.

sociedade e

- Fortalecer o Sistema Nacional de Trânsito.

É possível observar que a legislação propõe ações no sentido de promover a construção de um trânsito mais seguro, organizado e voltado para o respeito à vida e à preservação dos recursos naturais.

O Código de Trânsito Brasileiro trata, no seu cap. VI, da educação para o trânsito. No art. 74, está garantido que “A educação para o trânsito é direito de todos e constitui dever prioritário para os componentes do Sistema Nacional de Trânsito”.

Já no art. 76, fica determinado que

A educação para o trânsito será promovida na pré-escola e nas escolas de 1º, 2º e 3º graus por meio de planejamento e ações coordenadas entre os órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito e de Educação, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nas respectivas áreas de atuação.

Fica evidente que a responsabilidade pela educação para o trânsito e promoção de ações que promovam a construção de um trânsito organizado e seguro deve ser compartilhada por diversos segmentos da gestão pública.

Da mesma forma que o direito à educação formal está assegurado a todo cidadão pela Constituição Federal de 1988, a educação para o trânsito está garantida pelo Código de Trânsito de Brasileiro e deve ser assumida como responsabilidade dos gestores públicos, educadores, mídias e usuários, com a finalidade de garantir a segurança no tráfego de veículos e pessoas.

A formação de condutores encontra-se prevista na resolução n. 168, de 14 de dezembro de 2004, com as alterações das resoluções n. 169/05, 196/06, e Estabelece Normas e Procedimentos para a formação de condutores de veículos automotores e elétricos, a realização de exames, a expedição de documentos de habilitação, os cursos de formação, especializados, de reciclagem e dá outras providências (CTB, 2008, p. 317).

Por ocasião da solicitação da habilitação para guiar veículos automotores e elétricos, conforme preconiza o art. 2º da resolução 168/2004, o candidato deverá preencher os seguintes requisitos:

- I – ser penalmente imputável;
- II – saber ler e escrever;
- III – possuir documento de identidade;
- IV – possuir Cadastro de Pessoa Física (CPF).

De acordo com o art. 3º da mesma resolução, para obtenção da Carteira Nacional de Habilitação, o candidato deverá submeter-se à realização de:

- I – Avaliação psicológica;

II – Exame de aptidão Física e Mental;

III – Exame escrito sobre a integralidade do conteúdo programático, desenvolvido pelo Centro de Formação para Condutor;

IV – exame de direção veicular, realizado na via pública, em veículo da categoria para a qual esteja se habilitando.

A formação teórica desses candidatos é realizada por instituições específicas para esse fim e orientada pelo Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

Após a conclusão do curso, o futuro condutor procura o Departamento de Trânsito para requerer a Carteira Nacional de Habilitação (CNH). A obtenção desse documento se dá por meio da submissão e aprovação do candidato a uma prova de conhecimentos teóricos (legislação, infrações, noções de primeiros socorros) e outra de cunho prático. Essas avaliações são elaboradas e aplicadas pelo Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN) e seguem critérios específicos para cada tipo de veículo (moto, automóvel de passeio, caminhões, ônibus etc.).

Em caso de perda da licença para dirigir, em consequência da extrapolação do número de infrações determinado pelo CTB, o condutor é submetido a novo curso de formação, também oferecido pelos centros específicos, assim, após cumprir o período de cassação estipulado pela legislação, volta a gozar da licença para guiar veículos.

É possível reconhecer que a legislação de trânsito em vigor, as melhorias na malha viária do país, as normas e as fiscalizações não têm causado efeitos perceptíveis na redução das ocorrências nesse domínio. Julgamos, nesse sentido, que as práticas de leitura e de escrita, realizadas por ocasião da formação de condutores, podem se constituir como importantes estratégias para minimizar os problemas da mobilidade urbana.

A responsabilidade pela educação para o trânsito e promoção de ações que promovam a construção de um trânsito organizado e seguro deve ser compartilhada pelos diversos segmentos da gestão pública. Tal como o direito à educação formal está assegurada a todo cidadão pela Constituição Federal de 1988, a educação para o trânsito está garantida pelo Código de trânsito de Brasileiro. O trânsito deve ser assumido como responsabilidade dos gestores públicos, educadores, mídias, e usuários com fins a assegurar a segurança no tráfego de veículos e pessoas.

A formação de condutores é realizada por instituições específicas para esse fim, autoescolas, e orientada pelo Código de Trânsito Brasileiro (CTB). O código apresenta uma linguagem densa e utiliza-se de muitos vocábulos específicos da área jurídica, fato que dificulta, de certa forma, a compreensão de algumas informações e/ou normas pelos que não dominam essa linguagem específica.

As autoescolas oferecem cursos de cunho teórico e prático, de acordo com o que rege o Código de Trânsito Brasileiro. Os interessados frequentam a autoescola por um determinado período, assistindo a aulas que apresentam as normas para uma condução segura, as infrações e suas penalidades, placas e outros, além de noções

de primeiros socorros. Já as aulas práticas são feitas, geralmente em veículos da própria escola, sob a orientação de um instrutor que o orienta na condução do veículo.

Após a conclusão do curso, o futuro condutor procura o Departamento de Trânsito para requerer a Carteira Nacional de Habilitação (CNH). A obtenção Carteira Nacional de Habilitação (CNH), se dá por meio da submissão e aprovação do candidato a uma prova de conhecimentos teóricos (Legislação, infrações, noções de primeiros socorros) e outra de cunho prático. Essas avaliações são elaboradas e aplicadas pelo Departamento de Trânsito (DETRAN) e seguem critérios específicos para cada tipo de veículo (moto, automóvel de passeio, caminhões, ônibus, etc.).

Acerca dessa questão, Panitz (2005), relata que especialistas na área de trânsito apontam os acidentes de trânsito como “uma das epidemias que mais flagelam a humanidade”. A afirmativa do professor e engenheiro civil baseia-se nas estatísticas da Organização Mundial de Saúde que consideram essa como uma “epidemia social” uma vez que mata mais que os males do câncer e do coração, e ainda, que atinge principalmente a população jovem.

Dessa forma, a formação de condutores por meio da leitura dos instrumentos que orientam a organização do trânsito, se constitui como condição *si ne qua non* para sensibilizá-los sobre os riscos que o trânsito oferece. Além subsidiar a formação inicial, a leitura desses instrumentos pode, também, orientar motoristas e pedestres quanto ao comportamento seguro nessa instância social.

3 | LETRAMENTOS: UM POUCO DE HISTÓRIA

A partir da virada social nos estudos sobre linguagem ocorrida nos anos 80 se estabeleceu a diferenciação entre alfabetização e letramento (KLEIMAN, 2007). Alfabetização passou a ser entendida como apropriação dos mecanismos da escrita e leitura e letramento como uso social desses artefatos. Desde então, novos olhares foram lançados sobre os usos da leitura e da escrita na sociedade e o letramento passou a ser compreendido como os estudos da linguagem a partir do seu contexto social de uso.

Um olhar acurado sobre os estudos de letramento no Brasil nos permite ver que estes têm ampliado o seu campo de trabalho para diferentes domínios sociais além da escola – hospitais, igrejas, famílias, entre outros –, no intuito de compreender os fenômenos que ali ocorrem por meio dos estudos da linguagem.

Nesses termos, tem deixado aflorar o seu “caráter mestiço e transdisciplinar” (MOITA LOPES, 2009, p. 100), buscando, por meio de seus trabalhos, não somente se abastecer de conhecimentos e vivências de diversas áreas para abordar aspectos da linguagem nos inúmeros domínios, mas também trazendo para sua área de atuação o estudo de tópicos ainda sem vinculações com essa área do conhecimento, com o objetivo de destacar questões a serem discutidas e redimensionadas pelos indivíduos

em seus respectivos espaços sociais.

Diante disso, faz-se importante pensar no papel do pesquisador em LA no que se refere ao seu compromisso com a sociedade (LEFFA, 2001), uma vez que, pesquisando sobre a linguagem e os problemas sociais nos diversos domínios, inclusive no do trânsito, buscam-se caminhos para a discussão e compreensão de tais problemas bem como possíveis alternativas para atenuar questões que dificultam ou trazem sofrimento para a sociedade.

A partir dessa compreensão, os estudos de letramento passaram a ser desenvolvidos nas mais diversas instâncias da sociedade: família, igreja, local de trabalho e outros. Essa pluralidade de situações nas quais a linguagem se faz presente foi chamada de mundos de letramento (BARTON 2000).

Os estudos de letramento têm se lançado sobre a linguagem, observando suas características e os seus diversos usos na sociedade (KLEIMAN, 1995). Compreendemos letramento como o conjunto de atividades sociais de usos da escrita que se define em função dos objetivos dos participantes, do(s) texto(s) que a embasam e do modo como se realizam, dado que são histórica e ideologicamente determinadas (KLEIMAN, 1995; BARTON; HAMILTON, 1998).

Uma vez considerando que a prática social é ponto de partida e de chegada para quaisquer atividades que envolvam os usos das linguagens, inicia-se um novo contexto de estudo da aquisição e desenvolvimento das práticas de leitura e escrita. As formas de usos da leitura e da escrita variam conforme o local onde se dá e a finalidade de cada situação. Sobre essa questão, OLIVEIRA (2010), assevera que

[...] não há dúvida de que as práticas de letramento que ocorrem nos variados contextos – casa, escola, igreja, ruas, lojas, empresas, órgãos oficiais, dentre outros – atendem a funções e propósitos diferentes.

Nessa relação de entre usos, contextos de uso e interesses, os sujeitos constroem significados acerca do que leem, uma vez que estão implicados no conhecimento que produzem e na linguagem que usam (MOITA LOPES, 2009).

Dessa forma, letramento está diretamente relacionado à língua escrita e texto escrito assume um papel de extrema relevância na vida das pessoas, na relação que estabelecem com outros e com o mundo. Nesse sentido, Mortatti (2004, p. 98), defende que vivemos numa sociedade:

[...] baseada em comportamentos individuais e sociais que supõem inserção no mundo público da cultura escrita, isto é, uma cultura cujos valores, atitudes e crenças são transmitidos por meio da linguagem escrita e que valoriza o ler e o escrever de modo mais efetivo do que falar e ouvir, diferentemente do que ocorre em sociedade iletradas ou ágrafas.

A escrita passou a ocupar na modernidade, papel muito importante na manutenção dos comportamentos sociais, oras corroborando na manutenção de situações consolidadas, oras modificando-as (SCHOLZE, 2007).

Ao assumir o volante de um veículo, muitas leituras são tecidas a todo o momento:

placas, sinais, sirenes, buzinas e outros, e essas leituras provocam reações diversas. Em alguns casos faz-se necessário parar o veículo para alguém atravessar a via, abrir caminho para que um veículo que atenda emergências (ambulâncias ou carros de bombeiro) possa avançar e outras situações. Nessa perspectiva, Oliveira (2010) defende:

Entender que o letramento é mediado por textos implica naturalmente ter consciência de que o uso de determinados textos depende do sistema de atividades no qual as pessoas estão inseridas, noutros termos depende dos papéis que as pessoas exercem e do que elas necessitam fazer por meio desses textos em determinadas situações.

Em virtude disso, o condutor necessita de uma formação leitora que privilegie as orientações de condução segura, defensiva, responsável, humanizada regidas pelo princípio da corresponsabilidade pela sua segurança e pela do outro. Foi possível constatar que existe um aparato legal (Código de Trânsito Brasileiro) que aponta para essas questões, visando ampliar e efetivar os direitos de cidadania.

4 | A FORMAÇÃO DE CONDUTORES AUTOMOTORES TERRESTRES: EVENTOS E PRÁTICAS DE LETRAMENTO

A formação teórica para os condutores de veículos tornou-se obrigatória a partir da constituição do CTB, criado em 1997. Essa exigência surgiu com a preocupação de garantir uma formação mínima para esses trabalhadores, no que se refere à legislação de trânsito, a relação entre trânsito e meio ambiente, primeiros socorros e mecânica básica, dentre outros temas.

Essa formação é realizada em Centros de Formação de Condutores e orientada por instrutores devidamente habilitados pelos Departamentos Nacionais de Trânsito (DETRAN).

As aulas são realizadas em salas que acomodam vinte e cinco aprendentes, em média, que são participam de uma carga horária de quarenta e cinco horas/aula de atividades mediadas pela leitura e pela escrita, conforme determina a legislação em vigor.

Os momentos de formação de condutores constituem-se, portanto, como eventos de letramento, em que as práticas de leitura e de escrita assumem papel de mediador das ações formativas.

De acordo com os postulados de Baynham (1995, p. 34),

[...] as práticas de letramento são formas culturais de uso da leitura e da escrita que se realizam em eventos de letramento. Envolvem não apenas o que as pessoas fazem, mas o que elas pensam sobre o que fazem e os valores e ideologias que estão subjacentes a essas ações.

No decorrer das aulas os instrutores realizam a leitura de cartilhas, buscam desvelar os conhecimentos prévios dos alunos sobre as temáticas em discussão,

convidam os alunos a realizarem a leitura do material de forma compartilhada, dentre outras atividades. Uma vez que o trabalho dos instrutores é norteado pelo uso de práticas de leitura e de escrita, esses profissionais constituem-se como agentes de letramento.

Em relação ao papel do agente de letramento, Kleimam (2006), refere-se ao professor como tal na medida em que age como

[...] um promotor das capacidades e recursos de seus alunos e suas redes comunicativas para que participem das práticas sociais de letramento, as práticas de uso da escrita situadas, das diversas instituições (p. 08).

Sendo assim, os indivíduos que mobilizam práticas de leitura e de escrita para orientar a sua atuação em qualquer domínio, inclusive, no da mobilidade urbana, pode ser caracterizado como um agente de letramento.

Ademais, esses profissionais estabelecem relações entre o que estabelece a lei e o que acontece no cotidiano do trânsito. Corroborando com essa assertiva, trazemos as falas dos instrutores 02 e 03:

Nas aulas os alunos leem sobre a legislação. Assistem a vídeos que mostram situações que acontecem no trânsito e que podem ser evitadas se o condutor for atento e tiver uma atitude responsável. (instrutor 02)

A gente lê, explica, dá exemplos, pede que eles falem o que sabem sobre aquele assunto, mostra vídeos de campanhas que o Ministério dos Transportes faz todo ano, na semana do trânsito. (Instrutor 03)

Nesse sentido, entendemos a agência partir do que preconiza Bazerman (2007). Segundo ele:

[...] não precisamos atribuir agência ao letramento em si. A agência fica com os atores humanos que desenvolveram ou realizaram as atividades usando o letramento; mesmo existindo consequências não previstas para suas escolhas, o letramento favorece algo diferente do que anteciparam. O letramento é parte constitutiva de uma matriz de formações culturais e sociais complexas da sociedade moderna com a qual respondemos a instituições, crenças, grupos de pessoas localizados longe de nossa vida diária e que englobam muito mais do que se pode imaginar (p. 21).

Assim sendo, por meio das orientações dadas no decurso da formação, os instrutores buscam conscientizar os futuros condutores para as implicações de suas atividades no trânsito, as quais poderão contribuir para a consolidação da crítica realidade existente ou para a humanização dos procedimentos e das relações estabelecidas nesse domínio.

As reflexões suscitadas pelos instrutores, no decorrer das práticas de letramento, apontam para uma mudança de atitude ou para uma agência mais voltada para uma convivência pacífica no âmbito da mobilidade urbana. É possível vislumbrar esse fato nas falas dos instrutores:

Hoje, retomaremos a discussão sobre os elementos que a fazem a diferença no trânsito. Então, não é a cilindrada, não é o tamanho nem o design do veículo que fazem a diferença no trânsito. É a forma de conduzir o veículo que faz a diferença. (Instrutor 01)

Mudar a realidade do trânsito depende de você, de todo mundo entendeu? Eu creio que você vai fazer a diferença nesse trânsito. (Instrutor 01)

O que faz com que o trânsito se torne perigoso é o comportamento das pessoas. E essa realidade pode ser diferente do que vem sendo mostrado nos jornais todos os dias. Desde o momento se você disser assim, eu estou disposto a fazer diferente, algo diferente vai acontecer. Então é por aí que a gente tem que começar. (Instrutor 03)

Sendo assim, ao orientar os futuros condutores quanto ao modo de agir frente às situações de trânsito, as práticas de letramento realizadas nos CFC, concorrem para uma agência por procuração (BANDURA, 2011). Uma vez que as leituras realizadas e reflexões por elas provocadas, concorrem para atitudes comprometidas para a construção de um trânsito mais humanizado, por meio de suas ações quando estiverem atuando como condutores.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho buscamos discutir as contribuições que a leitura e a escrita podem oferecer na formação de condutores de veículos e conseqüentemente na organização do trânsito por meio das práticas de letramento. Para alcançarmos tal intento, analisamos a legislação vigente no país quanto às orientações para formação de condutores e da educação para o trânsito (Código de Trânsito Brasileiro). Apreciamos, ainda, algumas cartilhas que são oferecidas aos cidadãos nas escolas de formação (autoescolas). Em se tratando de uma temática complexa e pouco discutida, nos eximimos de apresentar conclusões definitivas, tecemos considerações, que a nosso ver, possibilitem novas discussões.

Este estudo nos permitiu observar que as cartilhas que orientam a formação de condutores apontam para a formação agentiva dos futuros condutores. Estes são orientados acerca das infrações, multas aplicáveis, sanções e outros. No entanto, não constatamos no material utilizado, ênfase no que se refere às responsabilidades que devem ser assumidas pelo condutor quanto à organização do espaço público e dos cuidados para consigo com o outro. Guiar um veículo implica assumir riscos e requer responsabilidade e compromisso daquele que assume um volante em espaços que circulam pessoas das mais diversas idades e condições físicas.

Portanto, nesse estudo preliminar, consideramos a necessidade de dar-se mais ênfase à formação social dos condutores de veículos, como forma de garantir a segurança e a organização no âmbito da política pública do trânsito.

REFERÊNCIAS

BANDURA, A. Social Cognitive Theory. An agentic. In: Annual Reviews Psychology, 2011.

BARTON, D.; HAMILTON, M. *Local Literacy; reading and writing in one community*. London, New York: Routledge, 1998.

BRASIL. Código de Trânsito Brasileiro: instituído pela Lei nº 9.503, de 23-09-97 – 1ª ed. – Brasília: DENATRAN, 2008.

BAYNHAM, M. Literacy practices: investigating literacy in social contexts. London: Logman, 1995.

BAZERMAN, C. *Escrita, gênero e interação social*. São Paulo: Cortez, 2007.

COSTA, K. R.; PAZ, A O papel da linguagem na formação para o trabalho: representações de condutores de veículos. In: Simpósio Internacional Do Núcleo Interdisciplinar de Estudos da Linguagem, 6. **Anais**. Natal, 2011.

CHIZZOTTI, A. *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

KLEIMAN, Angela B. (org.) *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas (SP): Mercado das Letras, 1995. Coleção Letramento, Educação e Sociedade.

_____. Processos identitários na formação profissional - O professor como agente de Letramento. In: CORRÊA, M.; BOCH, F. *Ensino de língua: representação e letramento*. Campinas, SP. Mercado das Letras, 2006.

_____. Letramento e suas implicações para o ensino de língua materna. *Signo*. Santa Cruz do Sul, v. 32, n. 53, p. 1-25, dezembro, 2007.

LEFFA, V. A Linguística Aplicada e seu compromisso com a sociedade. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE LINGÜÍSTICA APLICADA, 6., 2001, Belo Horizonte. *Anais*. Belo Horizonte: Associação de Linguística Aplicada Brasil, 2001. p. 1-15.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. *Educação e letramento*. São Paulo: UNESP, 2004 (Coleção Paradidáticos: Série Educação).

LOPES. Luiz Paulo da Moita. Da aplicação de Linguística à Linguística Aplicada Indisciplinar. In: PEREIRA, Regina Celi Mendes; ROCA, Maria Del Pilar (orgs.). *Linguística Aplicada: um caminho com diferentes acessos*. São Paulo: Contexto, 2009.

OLIVEIRA, Maria do Socorro. *RBLA*, Belo Horizonte, v. 10, n. 2, p. 325-345, 2010.

OLSON, D. *O mundo no papel: as implicações conceituais e cognitivas da leitura e da escrita*. São Paulo: Ática, 1997.

PANITZ, Mauri Adriano. *Mundo Jovem: um jornal de ideias*. p. 81. Maio/2005.

PAZ, A. M. O. *Registros de ordens e ocorrências: uma prática de letramento no trabalho da enfermagem hospitalar*. 2008. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.

SCHOLZE, L. *Pela não pedagogização da leitura e da escrita*. In: SCHOLZE, Lia; TÂNIA, M. K. Rösing (Orgs.). *Teorias e práticas de letramento*. INEP. UPF. Brasília –DF, 2007.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-476-4

